



# CONFLITOS AGRÁRIOS NO BRASIL

## UM BREVE HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA DO CAMPO

Os problemas e conflitos sociais do campo já existem há anos no Brasil, são resultado de um processo histórico que vem desde a chegada dos europeus, eles estão diretamente relacionados com a distribuição de terras das Capitanias Hereditárias e do sistema de sesmarias. Nestes sistemas o direito de uso do solo era transferido para que realizassem a produção agrícola sob a condição de pagar 1/6 da produção para a Coroa portuguesa.

Eram poucas as pessoas que recebiam essas terras, que se tornaram grandes latifúndios. Neste período os camponeses passaram a trabalhar para os donos de terra, mas, em um cenário onde o trabalho escravo ainda não era abolido, as condições de vida e de trabalho eram muito precárias.

Com a independência do Brasil (1822) a violência do campo só aumentou, enquanto o Brasil precisava se organizar como uma nova nação, as posses das terras eram decididas de forma violenta, resultando em vários assassinatos.

Mais tarde, durante o Período Regencial (1831-1840), diversas revoltas populares aconteceram no território brasileiro motivadas pelo controle de terras, pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo e pela insatisfação com os altos impostos sobre a sua produção, normalmente, causadas por posseiros ou governantes regionais, como foram o caso da Cabanagem (1835-1840), Guerra dos Farrapos (1835-1845), e a Balaiada (1838-1841), por exemplo.

Mais tarde, durante a República Velha (1889-1930) existiram outros conflitos relacionados com as condições do campo, concentração de terras e coronelismo, como a Guerra de Canudos (1896-1897), Revolta de Juazeiro, o Cangaço (1908-1938) e a Guerra do Contestado (1912 – 1916).

Apesar de ter começado em períodos históricos da formação do Brasil, a violência do campo acontece de forma constante até os dias de hoje, em algumas vezes, a violência do campo aconteceu de forma institucionalizada, seja nos períodos de colônia, império ou república.

## AS MOTIVAÇÕES PELA VIOLÊNCIA NO CAMPO

Um dos motivos para tanta violência são as práticas que geram desacordos, por exemplo, a grilagem (um método de forjar documentos falsos para fazer parecer com que uma pessoa possui propriedade legal sobre certo lote, consiste em deixar algum documento em uma caixa fechada junto com grilos, os insetos vão deixar o papel sujo com as suas



secreções, dando-lhe um aspecto envelhecido), com isso, o falsário consegue iludir cartórios e órgãos de administração para se passar por dono de um estabelecimento.

Normalmente, a grilagem é feita por falsários que buscam vender um lote de terras que não lhes pertencem para alguém, quando esse comprador chega ao imóvel rural descobre que por lá já vive alguma família rural há anos, que, por sua vez, não tem nenhum documento que lhes comprove o direito àquela terra, geralmente são posses sem qualquer registro. As vítimas costumam ser famílias de pequenos agricultores que encontram poucas providências a não ser se mudarem.

Outros conflitos acontecem por causa de assentamentos feitos por posseiros, pessoas que não têm o título da propriedade daquela terra mas que exercem trabalhos de produção ou manutenção sobre uma parcela do solo (em geral, terras devolutas ou abandonadas) e se tornam “donas”, indiferente da lei.

As populações tradicionais, ou seja, os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos são os que mais sofrem com a violência no campo, por causa do avanço da exploração comercial, do aumento das demandas por recursos naturais e do aumento da área de produção sobre as terras desses povos originários tradicionais.

Isso cria um sistema próprio de uma “indústria da especulação fundiária”, na qual alguém investiga uma terra sem títulos de propriedade particular (uma área pública) e expulsa quem estiver por lá com o uso de violência, intimidação e ameaças, realizam o desmatamento cortando as árvores ou fazendo queimadas, começam algum tipo de criação ou plantio e, por fim, buscam a regularização do imóvel por meio das leis de regularização fundiária ou usam alguma outra forma de favorecer os seus novos ocupantes.

Além da violência relacionada com o controle de terras também existe a violência relacionada ao trabalho no campo, ainda é muito comum encontrar casos de trabalhadores em situações análogas à escravidão, onde o trabalhador está em uma condição de isolamento (longe de centros urbanos e de órgãos de fiscalização) e por isso acaba trabalhando por anos por valores muito abaixo do aceitável, ou mesmo nem recebe pagamento. Esses trabalhadores fazem isso pela subsistência de suas próprias famílias e para ter algum lugar para morar.

O trabalho forçado muitas vezes envolve a exploração da mão de obra infantil, essas crianças e adolescentes crescem sem direitos básicos de educação, saúde e direito à infância.

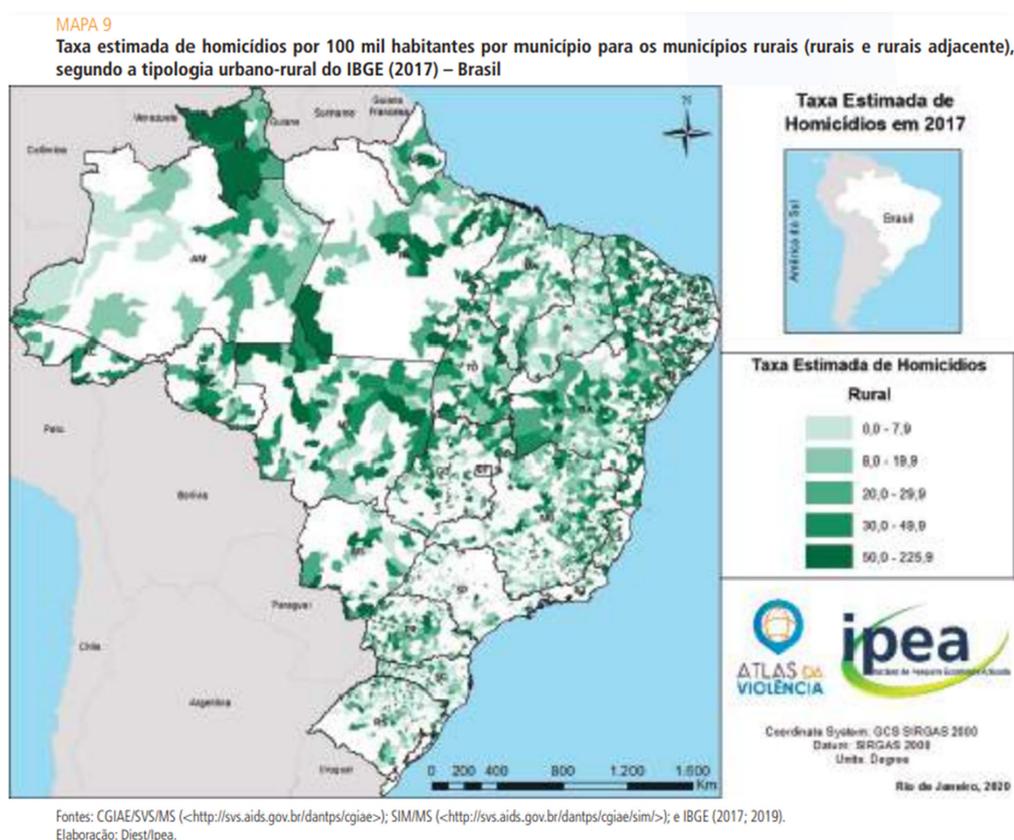
Ainda existem formas de manter a desigualdade no campo sem o uso de violência e da exploração da mão de obra, existem formas que conseguem estar de acordo com a lei mesmo sendo desiguais com os pequenos proprietários, por lei é possível, por exemplo, alugar um imóvel rural e o seu maquinário por contratos de arrendamento, e mesmo que o produtor tenha perdas na produção ou prejuízos maiores que os lucros, ele ainda tem que pagar o valor completo ao banco, deixando o pequeno produtor em dependência de bancos e empréstimos.

Também existem os contratos de parcerias, na qual um grupo de pessoas podem dividir os lucros e prejuízos da produção, para isso uma delas oferece as terras, os maquinários ou o serviço, contudo, algumas parcerias acabam sendo parcerias desbalanceadas, onde o pequeno produtor parceiro fique responsável por grande parte do trabalho e ainda tenha que arcar com os prejuízos.

Diante das desigualdades e da violência no campo é necessário que exista um conjunto de políticas públicas para solucionar ou reduzir esses males, seja pela fiscalização das condições de trabalho ou por incentivos aos pequenos produtores rurais.

## OS DADOS DA VIOLÊNCIA DO CAMPO NO BRASIL

Ao analisar todos os óbitos que ocorreram em decorrência de agressões por intervenções legais e uma parte do número de homicídios ocultos (não esclarecidos) nota-se que o Brasil apresenta casos de violência (seguida de morte) em todo o país, em 2017, quase todo o território de Roraima identificou casos assim.



O levantamento também mostrou que a taxa de mortalidade está relacionada com o alto valor do PIB agropecuário do município, o que levanta a hipótese que o incentivo ao uso da violência pode ser maior quanto maior o valor econômico em questão.

A triste realidade da violência do campo está diretamente relacionada com a dificuldade de acesso à educação, maiores taxas de crimes, a vulnerabilidade dos povos originários e trabalhadores do campo e ao desemprego no mesmo, além disso, também nota-se que os municípios mais violentos apresentam altas taxas de fecundidades entre adolescentes, o que mostra mais uma vulnerabilidade social.

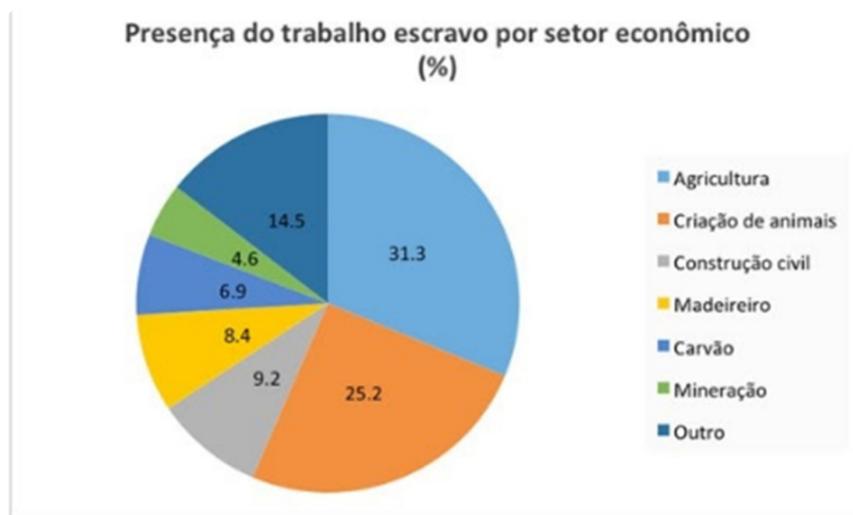


O estudo da taxa de homicídio do campo faz-se entender que diferentes fatores levam ao aumento das mortes, entre eles estão a desigualdade social, a falta de oportunidades, a privação econômica de determinada população junto à concentração fundiária, e a persistência de práticas fundadas no racismo e no desrespeito aos direitos territoriais de povos originários. Todos estes fatores são resultado dos processos históricos do Brasil.

Entre os casos de maior repercussão de homicídios no campo estão o assassinato do seringueiro e ecologista Chico Mendes em 1988 (Xapuri/AC), o massacre de Carajás em 1996 e o assassinato da missionária Dorothy Stang (ambos em El Dourado do Carajás/PA)

Entre os anos de 1985 a 2020, 1.973 trabalhadores rurais foram assassinados em 1.496 disputas de terra pelo Brasil, apenas 122 casos foram julgados, resultando na condenação de 35 mandantes e 105 executores dos crimes. Muitos destes assassinatos aconteceram de forma “encomendada” e por muito tempo foram julgados apenas os executores, mas, hoje em dia a justiça já tem o entendimento que o mandante também está diretamente relacionado ao homicídio.

Quanto aos trabalhos escravos, ao analisar os dados da presença deste trabalho por setor econômico, nota-se que a criação de animais e agricultura somam mais da metade dos casos registrados.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – 10/2017. Elaboração Fundação Perseu Abramo.

Por todo o Brasil encontram-se trabalhos infantis relacionados com diferentes setores, mas o setor agropecuário é o setor no qual se encontram mais situações com esta vulnerabilidade, entre eles estão:

- ▶ **Região Norte:** agropecuária, extrativismo vegetal, madeiras, garimpo, pesca, turismo, serviços domésticos e até mesmo prostituição;
- ▶ **Região Nordeste:** Atividades agrícolas, serviços domésticos, comércio ambulante, turismo, prostituição e pesca;

